

A construção do Passado em *História geral do Brasil*

Helena Mollo

Universidade Federal do Tocantins

Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja, pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grau de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros ¹.

Em 18 de agosto de 1838, na sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o marechal Raymundo José da Cunha Mattos, primeiro secretário, leu a proposta que continha a (acima citada) exposição da necessidade de criar-se um Instituto que cuidasse da geografia e da história do Brasil. Constava ainda da defesa de criação deste Instituto a sua correspondência com o Instituto Histórico de Paris, que era uma inspiração quanto aos documentos de sua criação, que não se limitava aos trâmites burocráticos, mas aos ideais do instituto parisiense, e, da mesma forma, estendia o compromisso e missão de manter comunicação com todos os institutos da mesma natureza de outras nações. O marechal não estava sozinho na defesa da criação do futuro Instituto, pois o secretário adjunto da SAIN era, àquele momento, o cônego Januário da Cunha Barbosa, peça-chave, juntamente com Cunha Mattos, do futuro Instituto.

Januário da Cunha Barbosa, que ocuparia o cargo de primeiro secretário perpétuo do Instituto, profere o discurso de criação do Instituto, publicado na Revista em 1839, e nele destaca a importância da história, e, conseqüentemente, da fundação de uma sociedade que trate de temas tão caros ao império como a formação de seu passado e sua geografia. Assim o Secretário Perpétuo: “Ei-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e desta arte mostrarmos às nações cultas que também prezamos a glória da pátria” ². O discurso do cônego não só revela o papel da associação literária ora criada, o de inserir o Brasil em um determinado lugar da civilização, mas que este lugar será alcançado pela história pátria, que estaria a cargo o Instituto propor e realizar. Este é o primeiro entre vários pontos do discurso inaugural do IHGB a ser, neste trabalho, destacado.

Ao escrever o passado da Nação o Instituto iria projetá-lo a um futuro; a história teria aí o papel de “mestra da vida”, fórmula cunhada pela historiografia latina, e citada pelo próprio cônego. Lilia Schwarcz propõe que o grêmio carioca harmoniza-se com outros da mesma época no

¹ «Breve Notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro», in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*, Tomo I, Primeiro Trimestre de 1839, p. 5.

² «Discurso do cônego Januário da Cunha Barbosa na fundação do IHGB», in *RIHGB*, Tomo I, Primeiro Trimestre de 1839, p. 9.

objetivo de “reconstruir” a história nacional ³. Antes de reconstruir, como propõe L. Schwarcz, vê-se que a associação criada objetivava construir, pois, em termos de síntese da trajetória histórica brasileira, não havia trabalho proposto até àquele momento da lavra de pesquisador nacional. Pensa-se que construir é mais adequado em referência aos propósitos da instituição, baseando-nos em estudos como o de Lucia Maria Paschoal Guimarães, em que a autora se debruça sobre a produção do Instituto e tal produção se refere a documentos que ela classifica como contemporâneos (1839-1889) e não contemporâneos (anteriores a 1838), perfazendo o total de 1.053 documentos durante as cinco décadas (39-89) analisadas pela autora ⁴. O capítulo em que L. M. Paschoal Guimarães expressa estes números da produção do IHGB possui o título “De portas fechadas para a história”, e aqui revela-se importante a proposta da autora para a discussão do passado na obra de Varnhagen.

Para L. M. Paschoal. Guimarães, o IHGB, apesar de expressar, através do discurso inaugural do cônego, a intenção de historiar o passado brasileiro, incluindo o objetivo de corrigir erros cometidos pelos autores que falaram sobre o Brasil, acaba por selecionar e principalmente silenciar-se sobre uma investigação mais profunda de episódios cruciais para o País. Entre tais episódios estaria a investigação da independência do Brasil. Segundo a autora, o responsável pela proposta desta investigação foi Euzébio de Queiroz Mattoso Câmara, e uma comissão fora formada, onde estava presente o próprio Secretário Perpétuo, além de Joaquim Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira. Tal missão, no entanto, nunca fora levada a cabo. O cônego explica através de evasivas no Relatório (presente do primeiro tomo da revista) o malogro da missão; mas, segundo L. M. Paschoal Guimarães, ficaria difícil explicar certos fatos da independência, como, por exemplo, o afastamento de D. Pedro I dois meses após a proclamação. A conjuntura vivida naquele momento também representava, para o Instituto, um momento difícil, quando o Período Regencial estava em seus últimos dias, e as dificuldades que D. Pedro II enfrentaria. Estes fatos representavam obstáculos bastante respeitáveis, apesar de o cônego ter em vista, em seu discurso inaugural, o propósito de discutir acontecimentos recentes: “o coração do verdadeiro patriota brasileiro aperta-se dentro do peito quando vê relatados desfiguradamente até mesmo os modernos fatos da nossa gloriosa independência. Ainda estão eles ao alcance de nossas vistas” ⁵.

Entre os documentos contemporâneos, a produção do Instituto foi classificada por LM Paschoal Guimarães em dezesseis itens, que mostram a diversidade do material, que se compunha de alocações, crítica de textos, crônicas, memórias e relatos de viagem, estudos de etimologia, memórias históricas, além de estudos de geociências. Na análise dos documentos (contemporâneos e não contemporâneos), além do Relatório escrito pelo próprio Januário da Cunha Barbosa a autora verifica que o Instituto mais se preocupou com a memória do que com a história, e, “quanto à necessidade de recordar, ela foi orientada pelas condições originais em que os integrantes do IHGB, sobretudo o grupo dos políticos dialogaram com as circunstâncias históricas” ⁶. A autora chama atenção, ainda, para o fato de que no primeiro volume da revista do Instituto, o cônego auxilia os autores quanto à matéria de lembrança, constrói um guia do passado brasileiro, intitulado “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do instituto histórico, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro” ⁷.

Na parte histórica da “Lembrança”, o cônego distribui entre seis pontos o material que seria acolhido pelo Instituto: notícias biográficas ou manuscritas dos brasileiros ilustres por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes ou por qualquer outra qualidade notável; cópias de documentos; notícias sobre costumes dos índios, sua catequese e civilização, descrição de

³ L. M. SCHWARCZ, *Os guardiões da nossa história oficial. Os institutos históricos e geográficos brasileiros*, Série História das Ciências Sociais, São Paulo, Idesp, 1989.

⁴ L. M. GUIMARÃES, *RIHGB*, A. 156, n.º 338, p. 459-613, jul./set., 1995. O número 338 foi dedicado à publicação da tese de Doutorado da Professora Lucia Maria Paschoal Guimarães.

⁵ *RIHGB*, Tomo I, Primeiro Trimestre de 1839, p. 10.

⁶ *RIHGB*, A. 156, n.º 338, p. 459-613, jul./set. 1995, p. 516.

⁷ *RIHGB*, Tomo I, Primeiro Trimestre de 1839, p. 10.

comércio interno e externo das províncias, de sua indústria e literatura; notícias de fatos extraordinários que aí tenham acontecido, de fenômenos, meteoros e “outros efeitos naturais que mereçam menção histórica com explicação do tempo que aconteceram”; e, por fim, “notícias sobre seus minerais, animais, aves, peixes, etc, acompanhadas da nomenclatura científica”⁸. Os trabalhos históricos estariam, assim, mesclados à história natural, ou a uma memória de fatos ligados à natureza. É interessante este papel que o Instituto atribui a si mesmo, visto que o Museu Nacional se incumbia deste aspecto científico, desde 1818, mas que se pode remontar o lugar de pesquisa a fins do século XVIII, quando ainda Casa dos Pássaros⁹. Não se vê, contudo, uma real disputa entre as duas instituições, mesmo que o IHGB tenha estendido suas fronteiras até a História Natural. O Museu Nacional constituía-se realmente em sociedade científica, enquanto o IHGB se voltava para o papel de “casa da memória nacional”, como afirma L.M. Paschoal Guimarães. Da mesma forma Lília Schwarcz vê no IHGB o papel de construtor de uma memória nacional ligada a um projeto político; e as propostas das autoras harmonizam-se não só neste ponto, mas também quanto àquele que se refere à produção historiográfica, quantitativamente inferior à produção da memória. A construção dos marcos geográficos e dos marcos históricos – e aí se pensa a construção da cronologia da história brasileira – configura a principal preocupação do Instituto, especialmente durante sua primeira década.

Ainda no que se refere ao papel de produtor de uma memória nacional que se estendia por diversas áreas, percebe-se que é possível transferir o IHGB para um espaço institucional que não se refere à produção científica (como o Museu Nacional), por mais que a História, principalmente no século XIX, passasse por transformações que a alçassem a um *modus operandi* de acordo com critérios metodológicos específicos. O IHGB pode, em certa medida, ser colocado na esteira das academias setecentistas. Preocupadas com a escrita da história das terras do domínio do Império que deveriam ser conhecidas, também se dedicavam a objetos de estudo que estariam mais identificados com a história natural. Em relação a este lastro de interesses, Íris Kantor em *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)* lembra que os membros nascidos no Reino partícipes da Academia dos Renascidos ocupavam-se com a apresentação de uma memória relativa à história natural¹⁰. A autora acentua a importância do intercâmbio que existia entre as academias nos domínios americanos e a Academia Real de História Portuguesa, no que tange à produção de conhecimento e informação sobre as terras ultramarinas. Em 1724, quando da criação da Academia dos Esquecidos, a necessidade de conhecimento das memórias destas terras era um fato estratégico para a Coroa, e a Academia Real possuía um papel estratégico, na construção de uma rede de informações que auxiliassem não só o conhecimento das terras, mas também sua administração. Segundo a autora:

Em março de 1722, o monarca solicitava a Vasco Fernandes César de Meneses o envio da memória impressa pela Academia Real de História Portuguesa a todos os governadores e autoridades civis e eclesiásticas. Em novembro do mesmo ano, o vice-rei expedia novamente diversas cartas de ofício aos governadores (...) recomendando-lhes empenho junto às câmaras das vilas,

⁸ *RIHGB*, Tomo I, Primeiro Trimestre de 1839, p.109

⁹ Margaret Lopes ressalta a importância da criação do Museu Nacional como “Casa de História Natural”, e data da segunda metade do século XVIII “nos governos dos vice-reis conde da Cunha, marquês do Lavradio e dom Luís de Vasconcelos e Sousa que esse hábito se tornou uma atividade intensa e sistemática”, in Maria Margaret LOPES, *O Brasil descobre a pesquisa científica*, São Paulo, Hucitec, 1997, p. 26

¹⁰ Segundo Íris Kantor: “entre os membros reinóis convidados a apresentar uma memória de história natural, encontrava-se o diretor da Academia Portopolitana, o médico Manuel Gomes de Lima (1727-1806). A Academia portuense, fundada em 1749 (sob a proteção do arcebispo de Braga, D. José de Bragança) e dedicada ao cultivo da medicina experimental, mantinha estreitos contatos com suas congêneres européias, especialmente em Sevilha, Madri, Paris, Lião, Leida, Veneza, Amsterdam e Londres”. in Íris KANTOR, *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*, São Paulo, Hucitec/Salvador, centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, p. 151

à provedoria e aos cartórios eclesiásticos na coleta de documentação (...). Com efeito, o projeto de levantamento de informações estimulado pela Academia Real de História Portuguesa propiciava ocasião para estreitar as comunicações entre o vice-rei sobre os demais governadores ¹¹.

Em 1759, quando a Academia dos Renascidos instituíria-se, seu programa quanto à produção histórica estava voltado à “composição de memórias históricas” ¹², compilações documentais, que seriam os materiais para a escrita da “história universal da América Portuguesa”¹³. Os renascidos, como os membros da Academia Real de História Portuguesa, como lembra a autora, faziam a diferença entre memória e história, e tal diferença estará presente também no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O IHGB, Varnhagen e a construção do passado

Não estranho a uma determinada tradição formada pelas academias, o IHGB baseava-se, em grande medida, nesta ação de fabricação da memória e produção histórica. Perto de oitenta anos após a inauguração da Academia dos Renascidos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apresentava seus objetivos de trabalho. E, quanto ao papel específico da história no que tange à produção da Instituição, o cônego Januário da Cunha Barbosa mescla as dimensões do passado e do futuro, que se podem ver pela tradição e pelo projeto institucional: “Basta atendermos ao que diz Cícero sobre a história, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um Instituto que dela particularmente se ocupe (...) a história (escreve aquele filósofo romano) é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida” ¹⁴.

A conjugação possível entre o IHGB e a rede de conhecimento e memória tecida ao longo dos séculos XVII e XVIII em Portugal e em terras americanas se faz presente na epígrafe do discurso de Januário da Cunha Barbosa: “procura...ressuscitar também as memórias da pátria da indigna obscuridade em que jaziam até agora” ¹⁵. A citação é de Alexandre de Gusmão, em discurso à Academia Real de História Portuguesa. A referência ao diplomata não poderia ser mais propícia, visto ter sido este personagem, nascido em Santos, o responsável por aplicar, no contexto das negociações do Tratado de Madri, os princípios iluministas do *utis possidetis*, frisando a importância de a soberania das terras estarem ligadas à sua ocupação. Alexandre de Gusmão seria o proponente de um novo princípio para a delimitação do Tratado de Tordesilhas, não mais a linha reta, mas uma marca sinuosa, que acompanharia os rios. O diplomata brasileiro também propunha, com o *utis possidetis*, que as fronteiras fossem reconhecidas pelos acidentes geográficos, como montes, rios e serras.

A concepção histórica do Instituto amalgama-se com seu papel político, que, de acordo com Manoel Salgado Guimarães, possui características marcadamente iluministas: “a leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao Iluminismo” ¹⁶.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 91

¹² Idem, *Ibidem*, p. 193

¹³ Segundo I. KANTOR: “Segundo a concepção da época, as memórias eram essencialmente compilação documental ou mesmo resumos informativos: constituíam arrolamentos ou “aparatos críticos” em formato de catálogos de autoridades (bispos e governadores), mapas de rendimentos (contratos, dízimos e soldos), tabuadas cronológicas, cartas geográficas, desenhos de vilas e edificações, repertórios genealógicos, legislativos e bibliográficos”. *Ibidem*, p. 193

¹⁴ Januário da Cunha BARBOSA, «Discurso», in *RIHGB*, Tomo I, Primeiro Trimestre de 1839, p. 9

¹⁵ Idem, *Ibidem*

¹⁶ Manoel Salgado GUIMARÃES, «Nação e civilização nos trópicos», in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 1, 1988, p. 8

A partir desta breve apresentação dos papéis com os quais o IHGB estava identificado e dos quais se imbuía, pode-se falar de um segundo momento do grêmio carioca, onde o propósito de discussão deste trabalho se encontra.

A década de 1840 é caracterizada, na Instituição, segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, como aquela em que o Instituto mais produziu, perfazendo o total de 162 documentos não-contemporâneos e 31 contribuições historiográficas.

A trajetória de Varnhagen é bastante interessante, visto que, mesmo longe do Brasil durante sua formação, possui um papel importantíssimo no IHGB durante a sua primeira década – e antes – a começar pelo trabalho de pesquisa histórica realizado em relação à obra de Gabriel Soares de Sousa, que recebeu o título “Reflexões críticas sobre o escrito do século XVI impresso com o título de Notícia do Brasil”¹⁷. O então jovem erudito apresenta a obra em 1838 à Academia Real de Ciências de Lisboa, que fora, inclusive, abonada pelo barão d’Eschwege. Segundo Clado Ribeiro de Lessa, a Academia Real publicara em 1825 um códice no tomo *IV da Coleção de Notícias Ultramarinas* do século XVI:

cheio das mais preciosas indicações acerca da geografia, história natural, etnografia e primórdios da colonização pelos portugueses desta parte do Novo-Continente. Corria anônimo o livro, multiplicado em numerosas cópias, mais ou menos alteradas e cheias de interpolações, desde fins do século XVI: e do seu conteúdo se haviam aproveitado, entre outros, Pedro de Mariz, nos *Diálogos de Vária História*, e mais recentemente o poeta laureado e historiador inglês Robert Southey, o Padre Manuel Aires de Casal, autor da *Corografia Brasileira*, e Ferdinand Denis, que no livro *Le Brasil* (1837), se bem que já estivesse impresso o códice, citou-o com freqüência, e por vezes extensamente o extratou, servindo-se de uma cópia existente na Biblioteca Nacional de Paris. (...) Varnhagen (...) cotejando 11 cópias jacentes em várias bibliotecas de Portugal – (tinha conhecimento de mais de seis em outros países) – pôde o jovem pesquisador corrigir abundantes erros em nomes de localidades, acidentes geográficos, produtos naturais, e fazer muitas identificações, revelando vasta cultura, seguro critério e completo conhecimento não só da bibliografia impressa sobre o Brasil antigo, histórica, geográfica, cartográfica e naturalística, como dos manuscritos inéditos existentes em livrarias portuguesas ainda hoje não totalmente divulgados pela imprensa¹⁸.

O texto de Gabriel Soares de Sousa torna-se o responsável por Varnhagen tornar-se sócio da Academia de Ciências de Lisboa, pois, lidos alguns trechos em sessão entre os acadêmicos, o trabalho rendeu-lhe aplausos, e a sua entrada na Academia, na classe das Ciências Morais e Belas Letras.

Varnhagen encetou contato com o IHGB em encontro com ministro Conselheiro Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond¹⁹, que compunha a legação brasileira em Lisboa, e, em 1840, o historiador oferece um exemplar das *Reflexões* ao IHGB, além de uma edição feita por ele do *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa. Segundo José Honório Rodrigues, Meneses Vasconcelos de Drummond em 1839 tinha já recolhido vários documentos e cartas sobre o Brasil,

¹⁷ Lucia Maria Paschoal GUIMARÃES, «Francisco Adolfo de Varnhagen. *História geral do Brasil*», Lourenço Dantas MOTA (org), *Introdução ao Brasil. Um banquete no Trópico*, São Paulo, Senac, 77-96

¹⁸ Clado Ribeiro de LESSA, «Vida e obra de Varnhagen», in *RIHGB*, vol. 223, abr./jun. 1954, pp. 100-101

¹⁹ José Honório Rodrigues ressalta a importância de Antônio Meneses Vasconcelos de Drummond sendo um dos poucos diplomatas que trabalhou no sentido de ir à Europa à procura de documentos referentes ao Brasil. É Antônio Meneses V. de Drummond que incentiva a entrada de Varnhagen no Instituto, in J. Honório RODRIGUES, *A pesquisa histórica no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC/INL, 1978, p.41 *et passim*

mas acentua a importância de Varnhagen quanto ao trabalho de investigação de documentos para a formação do passado brasileiro. É de Vasconcelos de Drummond o estímulo ao IHGB aceitar Varnhagen entre seus sócios, o que acontece em 1840, quando se torna sócio-correspondente. Em 1839, escreve o Conselheiro a Caetano Maria Lopes, ministro dos Negócios Estrangeiros, quanto à possibilidade de o historiador sediar-se no Brasil:

Nós ganharíamos com isso, suponho eu, mormente se ele fosse empregado com o título de adido a esta legação, com encargo especial de coligir documentos e diplomas para a história do Brasil e diplomática, coordená-los e analisá-los de modo que verifique datas e acontecimentos e apure a verdade do fabuloso que abunda nas relações daquele tempo de propensão maravilhosa ²⁰.

Na apresentação ao *Tratado descritivo do Brasil em 1587* que faz ao Instituto em março de 1851, o historiador apresenta assim o seu autor:

Pesa-nos ver nos tristes azares deste livro mais um desgraçado exemplo das injustiças ou antes das infelicidades humanas. Se esta obra se houvesse impresso pouco depois de escrita, estaria hoje tão popular o nome de Soares como o de Barros. O nosso autor é singelo, quase primitivo no estilo, mas era grande observador, e, ao ler o seu livro, vos custa a descobrir se ele, com estudos regulares, seria melhor geógrafo que historiador, melhor botânico que corógrafo, melhor etnógrafo que zoólogo ²¹.

E é assim que Varnhagen age em sua *História geral do Brasil*. Separando o 'fabuloso do real', e tendo o texto de Gabriel Soares de Sousa como uma espécie de guia, mesmo que longínquo, ecoando na organização de sua obra. No Aditamento à edição, Varnhagen caracteriza o texto, o seu autor e o tempo em que se deu a sua produção:

Como produção literária, a obra de Soares é seguramente o escrito mais produto do próprio exame, observação e pensar, e até diremos mais enciclopédico da literatura portuguesa neste período. Nos assuntos de que trata, apenas fora precedido uns dez anos pela obra e muito mais lacônica, mas que lhe serviu de estímulo do gramático Pero de Magalhães Gândavo, autor que publicou o primeiro livro em português acerca do Brasil ²².

A *História geral do Brasil* está plena de referências ao *Tratado descritivo*, não no intuito de estabelecer um sentido de sinônimo, mas sim uma afinidade genealógica. Se na obra de Gabriel Soares de Sousa (e a maioria dos cronistas que escreveram sobre a nova terra) há uma apresentação da "costa brasílica", Varnhagen, por sua vez, apresenta o Brasil e as suas principais características físicas, a começar pelo contorno de sua terra, seus limites, sua capacidade hidrográfica e a discussão que esteve presente na grande maioria dos textos sobre o Brasil: o seu nome.

²⁰ Idem, *Ibidem*, p. 45

²¹ Francisco Adolfo VARNHAGEN, Apresentação ao *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, in Gabriel Soares SOUSA, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, e acrescentada de alguns comentários por Francisco Adolfo de Varnhagen, Brasiliiana, volume 117, Direção de Américo Jacobina Lacombe, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987. Quinta edição comemorativa dos quatrocentos anos da obra., p. 14.

²² Idem, *Ibidem*, p. 22

O plano proposto por Gabriel Soares de Sousa de recortar a terra, e dar-lhe os limites (palmilhando o terreno e atribuindo-lhe características), é seguido por uma descrição das grandezas da Bahia (incluindo sua descrição topográfica, agricultura e plantas indígenas cujos frutos se comem, árvores e ervas medicinais, árvores reais e madeiras de lei, animais em geral, e o assunto final é o indígena). Varnhagen, por sua vez, em *História geral* estabelece um elo genealógico em relação a essa obra e esse autor. Na explanação dos temas do primeiro volume, o historiador trata da terra brasileira em seus primeiros tempos como um herdeiro de Soares de Sousa. O roteiro que segue perfaz os mesmos recortes: descrição geral do Brasil (nome do Brasil, extensão, paragem central, formações geognósticas, diamantes, ferro, ouro, ausência de terremotos, climas, meteorologia, quadras do ano, firmamento, vegetação, matas-virgens, outras produções, frutas, falta de neve, animais, pássaros, peixes, contrastes de plantas e animais). O primeiro volume trata longamente dos índios em geral e sua organização, e prossegue com o tema do descobrimento da América e do Brasil, e do estabelecimento das capitanias.

O segundo volume tem início com a discussão dos documentos que organizam a história brasileira, e aí o autor discute Gândavo, o próprio Gabriel Soares, Fernão Cardim, além de prosseguir na descrição das capitanias e suas histórias particulares. Ao longo do terceiro e do quarto volumes da quinta edição integral e sexta do tomo primeiro, o historiador se debruça sobre as histórias das províncias, para, no último encerrar a saga da terra brasileira com o início do século XIX, com destaque para a chegada da família real ao Brasil. O volume quinto se encerra com uma espécie de panorama do século XIX, visto que não pretende em *História geral* tratar da Independência, dedicando uma obra a esse tema.

A construção do Brasil e suas marcas no tempo são os temas caros a Varnhagen, logo assumindo o papel de inventor do passado para os nacionais, tornando-se por opção um deles, em 1841, e o sentido genealógico encontrado na construção do texto de Varnhagen pode ser visto como o autor apresenta seus temas, principalmente no que tange aos temas voltados à construção dos elementos políticos do novo País.

Segundo Manoel L. Salgado, a definição de nação em Varnhagen será a da linhagem, e os elementos fundadores se afastam dos povos autóctones. Segundo o autor de *Nação e civilização nos trópicos*, “na medida em que Estado, Monarquia e Nação configuram uma totalidade para a discussão do problema nacional brasileiro, externamente define-se o ‘o outro’ desta Nação a partir do critério político das diferenças”²³ As diferenças construídas não se manifestam não só externamente, em relação às repúblicas latino-americanas, mas se encontram na elaboração dos outros, dos oponentes ao processo de transformação, dentro do território também em construção.

O ingresso de Varnhagen no Instituto, porém, não se reflete em uma concordância plena em relação às idéias propagadas por seus sócios, e nesta diferenciação reside mais que uma discordância, mas uma passagem importante no que tange às concepções históricas.

Para Arno Wehling, o autor de *História geral do Brasil* apresenta diferenças em relação às concepções históricas dos fundadores do IHGB. Para o autor de *Estado, história, memória*, Januário da Cunha Barbosa e o visconde de São Leopoldo se identificam muito mais com o historicismo filosófico do século XVIII “na sua vertente pronaturalista francesa”²⁴, evitando “alguns excessos mecanicistas, aceitando os fundamentos mais significativos desta interpretação da realidade: a idéia da existência de leis naturais e a possibilidade da previsão histórica, tão claramente enunciadas por Januário da Cunha Barbosa”²⁵. Há, contudo, uma certa contenda em relação às aproximações e afastamentos mantidos entre as idéias de Varnhagen e *von Martius*. As idéias do botânico desfrutavam de grande prestígio entre os sócios fundadores do IHGB, e fora

²³ M. L. SALGADO, «Nação e civilização nos trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional», *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 1, 1988, p. 7.

²⁴ Arno WEHLING, *Estado, história, memória. Varnhagen e a construção da Identidade nacional*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999, p. 45.

²⁵ *Idem*, *Ibidem*.

propagada uma forte influência deste em relação a Varnhagen, que procurava sempre limitar a comparação, promovendo os limites entre suas idéias e as de *von Martius*.

Para Ronaldo Vainfas²⁶, as idéias de *von Martius* expressas em *Como se deve escrever a história do Brasil* não encontram reverberação em Varnhagen, embora admiradas pelo IHGB, pois o naturalista, segundo o historiador, propunha, mesmo que de forma tímida, a idéia do sincretismo para se entender o Brasil²⁷. As idéias de *von Martius* certamente foram bem recebidas pelo IHGB, principalmente porque ofereciam à corrente indigenista do Instituto uma chave de pensamento para a construção do povo e do passado brasileiros. Contudo, a visão sem dúvida inovadora do naturalista alemão encontra-se marcada pelos pressupostos iluministas do determinismo e procura de regularidade, como lembra Arno Wehling²⁸ em relação à idéia de história que é expressa na monografia apresentada ao Concurso promovido pelo IHGB, logo após sua fundação.

Varnhagen afastava-se das generalizações defendidas pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo visconde de São Leopoldo, e, segundo Wehling, “seu perfil e sua obra correspondem ao historicismo romântico-erudito, a que os historiadores alemães das idéias, desde antes de Meinecke, denominavam historicismo”²⁹. Assim, a concepção histórica de Varnhagen está ligada à “explicação hermenêutica em vez de busca de leis naturais, investigação empírica em lugar de generalizações filosóficas, [ao] domínio de técnicas de análise documental e não observação ou experimentação inspiradas na física ou na biologia”³⁰. Apesar desta caracterização aproximando Varnhagen ao romantismo, Wehling mostra um outro panorama, colocando o autor de *História geral do Brasil* em uma ampla gama de influências, não descartando delas uma aproximação em relação ao Iluminismo, mas que não comungaria com a mesma expressão defendida pelo Cônego.

Quanto à organização do passado, aqui brevemente discutido no plano da construção de *História geral*, em relação ao papel que possui nesta o *Tratado descritivo*, resta, como último ponto a ser tratado, de acordo ainda com o autor de *Estado, história e memória*, assinalar a importância dos lugares privilegiados propostos por Varnhagen que acabam por constituir pontos na trajetória do Brasil no tempo. A obra, como já foi dito anteriormente, começa por tratar a geografia do ainda recém-formado País. A necessidade de localizar o Brasil, dedicando a essa tarefa grande parte do primeiro volume de *História geral*, revelava a necessidade, de acordo com Arno Wehling, de “promover a unidade nacional”³¹, marcando datas e lugares emblemáticos através do tempo. Mas além da necessidade da criação da identidade nacional naquilo que Pierre Nora determinaria como “lugares de memória” pode-se perceber que a geografia também possui este papel. Ela apresenta os limites do território e constrói as suas principais marcas que determinarão, em Varnhagen, o empenho transformador que possui o colonizador.

A geografia, de acordo com Antonio Carlos Robert Moraes³², é, para uma certa expressão historiográfica, uma espécie de discurso anterior à história, uma “introdução à história”³³. Ao

²⁶ Ronaldo VAINFAS em *Tempo*, n.º 8, 1999, Rio de Janeiro, Sete Letras, p. 3 et passim.

²⁷ “Portanto, devia ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como no desenvolvimento sucessivo do Brasil se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga” in, Karl Friedrich Philip von.MARTIUS, *Como se deve escrever a História do Brasil*. in revista do IHGB, Rio de Janeiro, n.º 24, 1845, p. 384. E ainda: “São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim, a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças d’essas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular.” Idem, *Ibidem*, p. 382

²⁸ Arno WEHLING, *A concepção histórica de Von Martius*, in *Revista do IHGB*. (155(385), 721-731, out/dez., 1994

³⁰ Idem, *ibidem*

³¹ Idem, *ibidem*

³¹ Arno WEHLING, *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1999, p. 70

³² Antonio Carlos Robert MORAES, *Território e história no Brasil*, São Paulo, Hucitec / AnnaBlume, 2002.

³³ Idem, *Ibidem*, p. 23

apresentar uma descrição corográfica do Brasil, o autor de História geral pretende não só apresentar o território, mas construí-lo no tempo. O espaço seria o “ante-ato da história”³⁴ onde estariam os elementos que, no tempo, serão especiais para a construção histórica. Mais uma vez retoma-se o *Tratado descritivo*. Ao estabelecer uma genealogia com o texto de Gabriel Soares de Sousa, Varnhagen promove esta relação de *ante-ato* proposta pelo autor de *Bases da formação territorial do Brasil*. A Bahia de Gabriel Soares é englobada em um território ainda maior, mas a descrição dessa unidade se prende ao Tratado, seguindo-lhe de perto em seu roteiro descritivo. Assim, pode-se dizer que Varnhagen promove a passagem do detalhe do texto cronista para provocar uma unidade espacial e histórica. A Bahia de Gabriel Soares de Sousa seria, então, o *ante-ato* do Brasil, bem como o *Tratado* o *ante-ato* da *História geral do Brasil*

³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 24